

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

1- Apresentação - Contexto Operacional

O Instituto Brasileiro de Museus - Ibram é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura – MinC, possui personalidade Jurídica de Direito Público, foi criado por meio da Lei 11.906/2009, com sede e foro em Brasília/DF, possui 02 (dois) escritórios regionais de representação: 01 (um) em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro, além de 30 (trinta) museus vinculados distribuídos em diversos estados brasileiros. O Ibram sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

A Autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, tais como, aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

Quanto às normas legais, o Ibram observa a Lei 8.112/90 na contratação dos seus servidores, a Lei 8.666/93 e Lei 14.133/21 para contratação dos seus fornecedores e a Lei 4.320/64 para suas finanças públicas bem como a Lei Complementar 101/2000 - LRF.

O Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe de dois contadores devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, habilitados no Siafi e atualizados na tabela de UG compondo o rol de responsáveis pela conformidade contábil do Ibram, não possuindo a função de emitir documentos no Siafi nem responsáveis pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

2- Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Seccional de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação do Ibram no Rio de Janeiro,
- Escritório de Representação do Ibram em Minas Gerais/Espírito Santo,
- Coordenação de Gestão de Pessoas,

- Museu Imperial,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibram é realizada por esta Divisão de Contabilidade. Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do Governo Federal). Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no Manual Siafi.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

Ressalvas:

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado e intangível. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores. Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual Siafi visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.
- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.
- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

DECLARAÇÃO:

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2024, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas anteriormente apontadas.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2025.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Balanço Patrimonial

	R\$ Reais	
ATIVO	2024	2023
Ativo Circulante	16.210.903,85	16.389.936,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.241.335,48	9.239.300,28
Créditos a Curto Prazo	7.785.841,70	6.928.702,55
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	7.785.841,70	6.928.702,55
Estoques	183.726,67	221.933,36
Ativo Não Circulante	491.697.884,01	482.768.302,04
Ativo Realizável a Longo Prazo	20.449,16	20.449,16
Créditos a Longo Prazo	20.449,16	20.449,16
Dívida Ativa Não Tributária	20.449,16	20.449,16
Imobilizado	491.610.018,85	482.678.201,62
Bens Móveis	45.818.500,68	46.838.566,02
Bens Móveis	51.612.830,13	52.316.270,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.794.329,45	-5.477.704,15
Bens Imóveis	445.791.518,17	435.839.635,60
Bens Imóveis	450.363.338,13	439.895.121,95
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.571.819,96	-4.055.486,35
Intangível	67.416,00	69.651,26
Softwares	58.495,00	58.495,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	8.921,00	11.156,26
TOTAL DO ATIVO	507.908.787,86	499.158.238,23

	R\$ Reais	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	2023
Passivo Circulante	58.223.450,25	42.404.342,73
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	9.144.105,29	8.574.790,72
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	4.463.695,01	929.797,89
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	355.000,00
Demais Obrigações Curto Prazo	44.615.649,95	32.544.754,12
TOTAL DO PASSIVO	58.223.450,25	42.404.342,73
Patrimônio Líquido	449.685.337,61	456.753.895,50
Demais Reservas	23.632.921,47	23.511.921,47
Resultados Acumulados	426.052.416,14	433.241.974,03
Resultado do Exercício	-7.192.485,47	-9.267.514,11
Resultados de Exercícios Anteriores	433.241.974,03	447.597.468,02
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.927,58	-5.087.979,88
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	507.908.787,86	499.158.238,23

Fonte: SIAFI

• Demonstração das Variações Patrimoniais

	R\$ Reais	
	2024	2023
Variações Patrimoniais Aumentativas	390.090.879,92	1.208.972.641,46
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.677.387,00	1.797.105,31
Venda de Mercadorias	20.275,50	7.085,47
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.657.111,50	1.790.019,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13,74	-
Juros e Encargos de Mora	13,74	-
Transferências e Delegações Recebidas	374.752.179,22	1.193.202.170,68
Transferências Intragovernamentais	374.752.179,22	815.926.847,72
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	377.275.322,96
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13.110.221,27	13.807.466,61
Ganhos com Incorporação de Ativo	1.254.392,50	6.578.658,12
Ganhos com Desincorporação de Passivos	11.855.828,77	7.228.808,49
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	551.078,69	165.898,86
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	551.078,69	165.898,86
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	390.090.879,92	1.208.972.641,46

	R\$ Reais	
	2024	2023
Variações Patrimoniais Diminutivas	397.283.365,39	1.218.240.155,57
Pessoal e Encargos	50.515.663,11	49.857.436,65
Remuneração a Pessoal	38.628.252,45	38.945.434,58
Encargos Patronais	7.178.540,52	7.253.888,77
Benefícios a Pessoal	4.703.586,78	3.402.747,48
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos	5.283,36	255.365,82
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.654.402,98	29.561.356,71
Aposentadoria e Reformas	27.933.644,67	27.414.291,35
Pensões	1.796.632,65	1.512.412,43
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	924.125,66	634.652,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	86.929.392,33	81.233.510,03
Uso de Materiais de Consumo	166.049,83	261.832,30
Serviços de Terceiros	85.720.818,29	78.798.738,15
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.042.524,21	2.172.939,58
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	176.567,24	31.265,82
Juros e Encargos de Mora	176.567,24	31.265,82
Transferências e Delegações Concedidas	201.047.903,28	1.034.036.546,50
Transferências Intragovernamentais	194.992.035,76	649.883.548,24
Transferências Intergovernamentais	5.868.857,58	3.418.907,00
Transferências ao Exterior	161.727,16	2.771.042,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	25.282,78	377.963.049,26
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23.344.057,79	23.310.293,92
Perdas Involuntárias	1.311.158,74	25.155,25

Incorporação de Passivos	21.695.718,11	8.575.551,42
Desincorporação de Ativos	337.180,94	14.709.587,25
Tributárias	46.395,10	36.982,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.709,50	3.671,31
Contribuições	40.685,60	33.310,89
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.568.983,56	172.763,74
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	168.983,56	172.763,74
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	397.283.365,39	1.218.240.155,57

Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	-7.192.485,47	-9.267.514,11
--	----------------------	----------------------

Fonte: SIAFI

• Balanço Orçamentário

						R\$ Reais
RECEITAS						
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	
Receitas Correntes		1.801.636,00	1.801.636,00	1.677.774,70	-	123.861,30
Receita Patrimonial		54.824,00	54.824,00	52.995,30	-	1.868,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		54.824,00	54.824,00	52.550,30	-	2.273,70
Receita de Serviços		1.746.812,00	1.746.812,00	1.624.431,70	-	122.380,30
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		1.746.812,00	1.746.812,00	1.624.431,70	-	122.380,30
Outras Receitas Correntes				387,70		387,70
Demais Receitas Correntes				387,70		387,70
Total Receitas Correntes (I)		1.801.636,00	1.801.636,00	1.677.774,70	-	123.861,30
DÉFICIT (II)				185.231.606,05		185.231.606,05
Total (III) = I + II		1.801.636,00	1.801.636,00	186.909.380,75		185.107.744,75
Créditos Adicionais Abertos			2.631.475,00			
Créditos Cancelados			2.631.475,00			

								R\$ Reais
DESPESAS								
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	
Despesas Correntes		175.542.158,00	181.967.105,00	179.315.946,72	153.898.577,70	141.677.275,67		2.651.158,28
Pessoal e Encargos Sociais		75.201.328,00	78.619.623,00	74.870.184,19	74.869.269,75	68.148.335,48		3.749.438,81
Outras Despesas Correntes		100.340.830,00	103.347.482,00	104.445.762,53	79.029.307,95	73.528.940,19	-	1.098.280,53
Despesas de Capital		5.056.469,00	1.262.997,00	7.593.434,03	1.190.345,86	1.138.416,63	-	6.330.437,03
Investimentos		5.056.469,00	1.262.997,00	7.593.434,03	1.190.345,86	1.138.416,63	-	6.330.437,03
Total Despesas Orçamentárias		180.598.627,00	183.230.102,00	186.909.380,75	155.088.923,56	142.815.692,30	-	3.679.278,75

Fonte: SIAFI

• Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro permite acompanhar a receita auferida e a despesa paga pela instituição por destinação de recurso, onde é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior. Também é possível visualizar os ingressos (receita) e os dispêndios (despesas) em orçamentários e extraorçamentários.

			R\$ Reais
		2024	2023
Ingressos		430.364.978,64	410.990.264,27
Receitas Orçamentárias		1.677.774,70	1.811.052,04
Vinculadas		1.677.774,70	1.811.052,04
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.677.774,70	1.811.052,04
Transferências Financeiras Recebidas		374.752.179,22	352.351.902,18
Resultantes da Execução Orçamentária		307.764.743,77	316.505.994,56
Repasse Recebido		148.957.811,80	154.689.811,76
Sub-repasse Recebido		158.806.931,97	161.816.182,80

Independentes da Execução Orçamentária	66.987.435,45	35.845.907,62
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	66.273.866,92	34.709.293,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais	713.568,53	51.945,99
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	1.084.668,48
Recebimentos Extraorçamentários	44.695.724,44	44.741.444,77
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	12.273.231,26	7.610.544,48
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	31.820.457,19	36.924.947,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.881,26	46.897,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	551.154,73	159.054,98
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	450,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	450,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	550.704,73	158.604,98
Saldo do Exercício Anterior	9.239.300,28	12.085.865,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,28	12.085.865,28
Total dos Ingressos	430.364.978,64	410.990.264,27

	R\$ Reais	
	2024	2023
Dispêndios	430.364.978,64	410.990.264,27
Despesas Orçamentárias	186.909.380,75	189.104.423,57
Ordinárias	159.554.152,97	116.225.510,27
Vinculadas	27.355.227,78	72.878.913,30
Seguridade Social (Exceto Previdência)	171.193,78	27.517.473,13
Previdência Social (RPPS)	16.864.927,35 -	
Dívida Pública		38.573.560,89
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	10.319.106,65	6.787.879,28
Transferências Financeiras Recebidas	194.992.035,76	186.307.151,52
Resultantes da Execução Orçamentária	159.713.647,26	167.590.369,57
Repasse Concedido	906.715,29	5.774.186,77
Sub-repasse Concedido	158.806.931,97	161.816.182,80
Independentes da Execução Orçamentária	35.278.388,50	18.716.781,95
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.709.857,08	17.460.261,30
Movimento de Saldos Patrimoniais	568.531,42	171.852,17
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.084.668,48
Pagamentos Extraorçamentários	40.222.226,65	26.339.388,90
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.476.960,35	10.841.985,42
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	32.676.831,43	15.452.190,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	67.985,27	43.761,71
Outros Pagamentos Extraorçamentários	449,60	1.451,18
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	449,60	
Demais Pagamentos		1.451,18
Saldo do Exercício Anterior Seguinte	8.241.335,48	9.239.300,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.241.335,48	9.239.300,28
Total dos Dispêndios	430.364.978,64	410.990.264,27

Fonte: SIAFI

Em relação aos Ingressos, percebe-se que a maioria dos ingressos são orçamentários (86%), apenas aproximadamente 11% dos ingressos são extraorçamentários e o restante (3%) é proveniente de saldo do exercício anterior.

Houve um aumento geral nos ingressos e dispêndios de 14,15%. No que tange os ingressos, destacam-se os aumentos de 11,8% nas transferências financeiras recebidas e 24,4% nos recebimentos extraorçamentários – principalmente devido a inscrição de restos a pagar não processados, que subiu 45,6%.

Referente aos Dispêndios, as maiores saídas são as despesas orçamentárias, representando 46% do total de dispêndios, e as transferências financeiras concedidas, que representam 45,3% do total de saídas. Há ainda os pagamentos Extraorçamentários com 6,4% e o saldo para o exercício seguinte com 2,3%.

Vale destacar que os aumentos são mais justificados com o grande aumento das despesas orçamentárias vinculadas em 98,2%. Quanto às transferências financeiras concedidas, a conta de Repasse Concedido decuplicou com um aumento de aproximadamente 900%.

O aumento dos pagamentos extraorçamentários (aproximadamente 10%) provém do aumento de 85,3% de pagamento de restos a pagar processados, mesmo com diminuição de todas as outras contas neste grupo.

Ainda é possível destacar que o saldo para o exercício seguinte apresentou uma queda de 23,55%.

- **Demonstrações dos Fluxo de Caixa**

	R\$ Reais	
	2024	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	10.218.714,50	1.823.709,95
Ingressos	377.031.989,91	354.368.457,13
Receita Patrimonial	52.955,30	79.193,44
Receita de Serviços	1.624.431,70	1.717.911,87
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	387,70	13.946,73
Outros Ingressos Operacionais	375.354.215,21	352.557.405,09
Ingressos Extraorçamentários	50.881,26	46.897,93
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	450,00	
Transferências Financeiras Recebidas	374.752.179,22	352.351.902,18
Arrecadação de Outra Unidade	550.704,73	158.604,98
Desembolsos	-366.813.275,41	-352.544.747,18
Pessoal e demais Despesas Correntes	-157.992.378,05	-151.852.140,06
Administração	-	-5.090,00
Previdência Social	-29.518.085,00	-27.479.780,15
Cultura	-128.392.773,09	-124.325.617,64
Direitos da Cidadania	-81.070,36	-42.102,27
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-449,60	450,00
Transferências Concedidas	-13.760.876,33	-14.340.242,71
Intergovernamentais	-30.500,00	-219.100,00
A Estados e/ou Distrito Federal	-30.500,00	-219.100,00
A Municípios	-	-

Intragovernamentais	-7.375.291,59	-7.294.084,00
Outras Transferências Concedidas	-6.355.084,74	-6.827.058,71
Outros Desembolsos Operacionais	-195.060.021,03	-186.352.364,41
Dispêndios Extraorçamentários	-67.985,27	-43.761,71
Transferências Financeiras Concedidas	-194.992.035,76	-186.307.151,52
Demais Pagamentos		-1.451,18
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos	-11.216.679,30	-4.670.274,95
Desembolsos	-11.216.679,30	-4.670.274,95
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.187.820,17	-4.670.274,95
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-997.964,80	-2.846.565,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	9.239.300,28	12.085.865,28
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	8.241.335,48	9.239.300,28

Fonte: SIAFI

3- Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- ✓ Balanço Patrimonial (BP);
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- ✓ Balanço Orçamentário (BO);
- ✓ Balanço Financeiro (BF);
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- ✓ Notas Explicativas

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

3.1- Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos

iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição (custo) ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado (valor justo).
- Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo, ou seja, aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da

atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- Benefícios a empregados - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.
- Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
 - No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3.2- Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> que cita a situação em que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

3.3- Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:

a-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis: a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.

b-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias: a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

3.4- Acesso à Informação - Publicação das DCON:

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas estão publicadas no site do Ibram e podem ser acessadas na sua íntegra por meio do endereço eletrônico [Transparência e Prestação de Contas — Instituto Brasileiro de Museus - Ibram](#)

4 - Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – Caixa e equivalente

Tabela 01.1: - Caixa e Equivalentes

R\$				
Conta Contábil	dez/24	dez/23	AV%	AH%
Demais Contas - Caixa econômica Federal	0,00	22.514,64	0,00	-100,00
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto - OFSS	2.821.245,63	3.465.216,03	34,23	-18,58
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto (autorização)	5.420.089,85	5.751.569,61	65,77	-5,76
Total	9.239.300,28	12.085.865,28	100	(31,81)

Fonte Siafi

Os recursos financeiros registrados na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Ibram têm a finalidade de fazer frente aos encargos assumidos na execução das despesas ao longo do exercício. Possuem em sua composição recursos aplicados na conta Caixa Econômica Federal (cauções e garantias), recursos recebidos do Tesouro Nacional (fonte Tesouro) e recursos próprios advindos das arrecadações das unidades museológicas (fonte própria).

Os valores depositados na Caixa Econômica Federal, que são relativos a depósito em caução por exigência contratual, correspondiam a menos de 1% dos recursos do órgão. A conta teve seu saldo baixado por completo em virtude do encerramento de todos os contratos que utilizam o depósito em caução como meio de garantia contratual tendo os novos contratados optado por outra forma de garantia contratual, tal qual o seguro-fiança.

A conta “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento” compreende recursos provenientes do Tesouro, recursos próprios e outros. Esses recursos servem para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Enquanto os recursos não utilizados na fonte Tesouro são devolvidos ao final de cada exercício, os recursos próprios permanecem na conta do órgão. Vale ressaltar que todo o recurso na fonte Tesouro foi devidamente e devolvido no encerramento do exercício de 2024.

Tabela 01.2: - Recursos Próprios (Arrecadação)

R\$		
Mês Lançamento	dez/24	AV%
Aluguéis	51.300,30	3,1%
Concessão de direito de uso de área pública	1.299,00	0,1%
Comércio de livros, periódicos, material escolar e de public.	20.275,50	1,2%
Serviços recreativos e culturais (bilheteria)	1.604.107,20	95,6%
Receita de uso de imagem de Acervo	405,00	0,0%
Outras receitas próprias	387,70	0,0%
Total:	1.677.774,70	100%

Fonte Siafi

Percebe-se que da totalidade de arrecadações, a receita pela venda de ingressos é a mais expressiva e correspondeu a mais de 95%, conforme demonstrado no Gráfico 01:

Gráfico 01: - Arrecadação - Recursos próprios.



NOTA 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Tabela 02: - Demais Créditos Adiantamentos Concedidos

R\$					
CCon - Título (4)	Mês Lançamento	DEZ/ 2024	DEZ/ 2023	AV%	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13 SALARIO ADIANTAMENTO -	0,00	281.679,79	0,00	-100,00
	ADIANTAMENTO DE FERIAS	-	-	-	-
	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	25.122,71	137.956,30	96,17	-81,79
	ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.000,00	-	3,83	-
	Total	26.122,71	419.636,09	0,34	-93,77
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO		7.759.718,99	6.507.126,46	99,66	19,25
Total		7.785.841,70	6.926.762,55	100	12,40

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta “Adiantamentos Concedidos” compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo no que tange à folha de pessoal, com destaque para a conta de adiantamento de 13º Salários que até ano passado, detinha mais de 67% do valor total da conta no que se refere à folha de pagamento, mas que este ano, graças a um melhor controle implantado e a eliminação de saldos alongados zerou a conta em dezembro. Importante ressaltar que a legislação em vigor concede ao servidor, a cada mês trabalhado, direito a receber o duodécimo da remuneração, a título de 13º salário cujo saldo adiantado é descontado proporcionalmente ao longo dos meses efetivamente trabalhados, portanto como não houve adiantamentos da gratificação natalina do exercício seguinte, a conta está com seu saldo zerado.

Vale ressaltar que os adiantamentos relativos à folha de pagamento representam quase a integridade do total de adiantamentos com 96% em relação ao montante de Créditos de Adiantamentos Concedidos pelo Ibram, com a pequena parcela restante resultante de suprimento de fundos. Vale ressaltar que como resultado de um melhor controle por parte do setor responsável e a eliminação de saldos alongados, os saldos de adiantamentos relativos à folha de pagamento alcançaram uma queda de quase 94% em relação ao exercício anterior. O restante dos demais créditos e valores a curto prazo é formado por Termo de Execução Descentralizada.

A conta "Outros Créditos a Receber" se refere aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), firmados com outros órgãos da Administração Federal, neste período temos 12 vigentes, muitos firmados no mês de dezembro, em comparação a apenas três no exercício anterior, o que justifica o aumento de pouco mais de 10 vezes no valor da conta de outros créditos a receber e de quase 7 vezes de aumento dos valores totais.

Entre os órgãos da Administração Federal com TEDs firmados temos: um deles com a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – para reformulação da expografia do Museu da Inconfidência; outro com a UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para desenvolvimento de pesquisas relativas ao campo museal; Dois com a UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, para realização de projeto de acervos digitais; outro com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, para a migração de dados do sistema de bibliotecas para melhor gerenciamento das bibliotecas do Ibram e realização de novo cadastro nacional de museus e Hub Digital do Ibram; outro com o IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro – para desenvolvimento em tecnologia para a investigação científica de bens culturais do Ibram; outro com a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco – para a nova exposição permanente no Museu da Abolição; outro com a UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão – para a realização de exposição no Museu Alcântara; Dois com o IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte – para automação do inventário nacional e desenvolvimento de sistema para prover a gestão digital de processos de acervos de museus; outro com a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – para documentação museológica; e outro com a UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – para articulação de usuários no software Tainacan e para realização do 8º Fórum Nacional de Museus.

NOTA 03 – Estoque

Tabela 03: - Estoques – Ativo Circulante

	R\$			
Mês Lançamento	dez/24	dez/23	AV%	AH%
Gêneros De Alimentação	11.983,96	17.007,97	6,52	-29,54
Material De Caça E Pesca	66,00	77,97	0,04	-15,35
Material de Expediente	45.641,49	50.239,30	24,84	-9,15
Material de TIC - Material de Consumo	13.464,04	14.571,04	7,33	-7,60
Material de Acondicionamento e Embalagem	3.374,79	3.423,69	1,84	-1,43
Material de Copa e Cozinha	2.434,08	2.616,20	1,32	-6,96
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	2.136,59	2.542,25	1,16	-15,96
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	66,40	66,40	0,04	0,00
Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações	40.190,94	43.491,72	21,88	-7,59
Material p/ Manutenção de Bens móveis	10.270,19	13.231,73	5,59	-22,38
Material Elétrico e Eletrônico	43.567,82	33.096,90	23,71	31,64
Material de Proteção e Segurança	7.191,00	9.270,24	3,91	-22,43
Material Laboratorial	162,00	162,00	0,09	0,00
Material Hospitalar	731,60	731,60	0,40	0,00
Material p/ Manutenção de Veículos	557,50	577,50	0,30	-3,46
Material p/ Utilização em Gráficas	0,00	2615	0,00	-100,00
Ferramentas	1.508,37	1.815,30	0,82	-16,91
Material bibliográfico	0,00	26.036,55	0,00	-100,00
Discotecas e Filмотecas Não Imobilizável	360,00	360	0,20	0,00
Total	183.726,67	221.933,36	100	-17,22

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta “Estoques” é composta por materiais cujo objetivo é suprir as unidades na sua prestação de serviço. Conforme demonstrado na Tabela 03, verifica-se que os itens mais significativos são “Materiais de Expediente” e “Material elétrico e eletrônico” com 24,8% e 23,7% respectivamente.

Na análise horizontal, comparando os períodos, verifica-se que ocorreu um decréscimo no total de 17,22%, onde houve decréscimos expressivos em diversas contas, algumas com o saldo sendo totalmente zerado, destaque para a conta “Material Bibliográfico”, que foi a conta com o maior saldo baixado.

Nota 04 - Bens Móveis

Tabela 04: - Bens Móveis - Composição:

	R\$			
Mês Lançamento	DEZ/24	DEZ/23	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.185.756,05	5.112.356,42	10,05	1,44
Bens de Informática	7.697.650,17	8.605.600,60	14,91	-10,55
Móveis e Utensílios	10.840.468,78	10.711.386,81	21,00	1,21
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	25.697.009,64	25.693.760,85	49,79	0,01
Veículos	674.503,27	674.503,27	1,31	0,00
Demais Bens Móveis	1.517.442,22	1.518.662,22	2,94	-0,08
Valor Contábil Total	51.612.830,13	52.316.270,17	100	-1,34
Depreciação / Amortização Acumulada	-5.794.329,45	-5.477.704,15	-12,65	5,78
Total	45.818.500,68	46.838.566,02		-2,18

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos bens móveis do Ibram, sobressai o “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” que representa 49,8% do valor total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição, coleções bibliográficas, instrumentos musicais e outros, que corresponde a 88,9%, conforme evidenciado no Gráfico 02:

Gráfico 02: - Material Cultural, Educacional e de Comunicação



Contudo, a referida conta contábil “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” permanece subavaliada, não correspondendo à realidade do acervo das unidades museológicas. Conforme identificado no Relatório de Inventário Anual, portanto, o saldo não fornece informações precisas ou fidedignas. Isso

acontece devido à dificuldade que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte levando em conta a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade.

Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornaram obrigatórios e as unidades museológicas já estão envidando esforços para cumprir a norma a fim de que os registros dessa conta passem a expressar a realidade dos valores dos acervos e das peças que se encontram em nossos museus.

É possível observar também que houve variação na conta “Depreciação/Amortização Acumulada”, pois a conta tem sido atualizada de acordo com as normas contábeis vigentes. Contando com a devida atualização da conta “Depreciação/Amortização Acumulada” e com o desfazimento de bens um pouco superior à aquisição neste exercício, o saldo da conta apresentou queda de aproximadamente 2%.

NOTA 05: - Bens Imóveis

No Ibram, os “Bens de Uso Especial” representam quase a totalidade do valor da conta de Bens Imóveis, e compreendem os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Nota-se que houve um aumento de 75% na conta “Bens Imóveis em Andamento”, fruto dos valores de novas obras de manutenção, conservação e modernização dos imóveis do Ibram. Vale ressaltar o decréscimo da conta “Instalações” que teve seu saldo baixado por completo e incorporado ao valor de “Museus e Palácios” dentro de “Bens de Uso Especial” após obras de modernização nos seus elevadores.

Dos bens imóveis que somam R\$ 439.895.121,95, estão com apenas 1,04% de valor depreciado, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende ainda de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet) da Secretaria de Patrimônio da União.

Percebe-se também que o valor da depreciação acumulada sofreu um acréscimo de 12,73%. Isto é devido a um ajuste de bens imóveis cadastrados no SPIUNet, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e o Siafi.

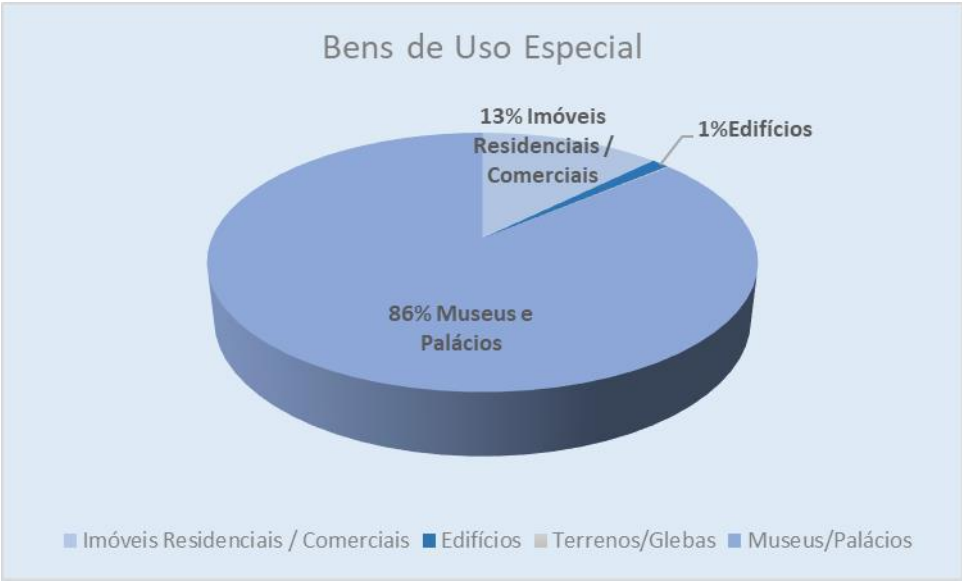
Tabela 05: - Bens Imóveis - Composição

					R\$
Mês Lançamento	DEZ/24	DEZ/23	AV%	AH%	
Bens de Uso Especial	425.936.718,37	425.815.718,37	96,83	0,03	
Bens Imóveis em Andamento	24.426.619,76	13.958.403,58	5,55	75,00	
Instalações	0,00	121.000,00	0,00	-100,00	
Valor Contábil Total	439.895.121,95	439.895.121,95	100	0,00	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada	-4.571.819,96	(4.055.486,35)	-1,04	12,73	
Bens Imóveis					
Total	435.323.301,99	435.839.635,60		-0,12	

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos bens de Uso Especial, destacam-se os “Museus e Palácios” que representam 86% seguido de “Imóveis Residenciais/Comerciais” com 13%, conforme Gráfico 03:

Gráfico 03: - Bens de Uso Especial



NOTA 06: - Despesa Orçamentária

Em se tratando da execução da despesa orçamentária de 2024, houve uma diminuição de 67,4% em relação ao exercício de 2023. As despesas de custeio caíram 72,3% em comparação ao exercício anterior, enquanto as despesas com pessoal e encargos aumentaram aproximadamente 2,2%, conforme verificamos no gráfico 04.

Gráfico 04 : - Despesas Correntes Empenhadas

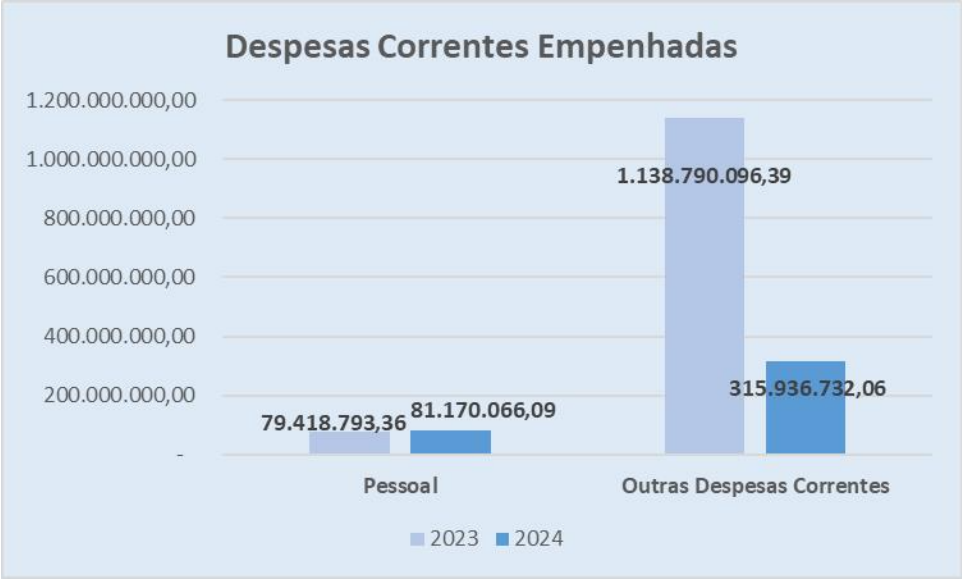


Tabela 06:- Outras Despesas Correntes – Composição

Na parcela das despesas de custeio, o principal responsável pela diminuição geral nas despesas foi “Transferência e Delegações Concedidas” pois, ela era responsável por mais de 90% despesas de custeio e teve uma redução de pouco mais de 80% do seu valor neste exercício, apesar de ainda representar aproximadamente 64% do valor total das outras despesas correntes. Outros destaque são o aumento de mais de 2.500% de outras despesas, onde o maior dispêndio foram as “Premiações Culturais” promovidas pelo Ibram em 2024; e a diminuição de 52% da conta Depreciação, Amortização e Exaustão.

Natureza Despesa	dez/ 24	dez/ 23	AV%	AH%
Materiais de consumo	166.049,83	261.832,30	0,05	-36,58
Serviços	85.720.818,29	78.798.738,15	27,13	8,78
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.042.524,21	2.172.939,58	0,33	-52,02
Transferências e delegações Concedidas	201.047.903,28	1.034.036.546,50	63,64	-80,56
Desvalorização de Ativos e incorporações de passivos	23.344.057,79	23.310.293,92	7,39	0,14
Tributos	46.395,10	36.982,20	0,01	25,45
Outras despesas correntes	4.568.983,56	172.763,74	1,45	2544,64
Total:	315.936.732,06	1.138.790.096,39	100	-72,26

Fonte: Siafi

Tabela 07: - Pessoal e Encargos – Composição

Na parcela das despesas de pessoal, ocorreu um acréscimo de 2,2%. Com aumentos modestos em “Aposentadorias e pensões” e “Vencimentos e vantagens fixas” de aproximadamente 3,7% e 2,3% respectivamente, sendo a maior composição das despesas de Pessoal e Encargo com mais de 90% juntas. Vale ressaltar uma diminuição de aproximadamente 98% em Outras Despesas, onde no exercício de 2023 os gastos eram relacionados a Indenizações e Restituições Trabalhistas e em 2024 temos apenas um pequeno dispêndio com pessoal requisitado de outros órgãos.

R\$				
Natureza Despesa	dez/ 24	dez/ 23	AV%	AH%
Aposentadorias e Pensões	30.654.402,98	29.561.356,71	37,77	3,70
Vencimentos e vantagens Fixas	43.331.839,23	42.348.182,06	53,38	2,32
Obrigações Patronais	7.178.540,52	7.253.888,77	8,84	-1,04
Outras Despesas	5.283,36	255.365,82	0,01	-97,93
Total	81.170.066,09	79.418.793,36	100	2,21

Fonte Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

No Balanço Financeiro permite acompanhar a receita auferida e a despesa paga pela instituição por destinação de recurso, onde é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior. Também é possível visualizar os ingressos (receita) e os dispêndios (despesas) em orçamentários e extraorçamentários.

Balanço Financeiro

INGRESSOS					
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AV%	AH%	
Receitas Orçamentárias	1.677.774,70	1.811.052,04	0,39	-	7,36
Ordinárias	-	-	-	-	-
Vinculadas	1.677.774,70	1.811.052,04	0,39	-	7,36
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.677.774,70	1.811.052,04	0,39	-	7,36
Transferências Financeiras Recebidas	374.752.179,22	352.351.902,18	87,08		6,36
Resultantes da Execução Orçamentária	307.764.743,77	316.505.994,56	71,51	-	2,76
Repasse Recebido	148.957.811,80	154.689.811,76	34,61	-	3,71
Sub-repasse Recebido	158.806.931,97	161.816.182,80	36,90	-	1,86
Independentes da Execução Orçamentária	66.987.435,45	35.845.907,62	15,57		86,88
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	66.273.866,92	34.709.293,15	15,40		90,94
Movimentação de Saldos Patrimoniais	713.568,53	51.945,99	0,17		1.273,67

Movimentações para Incorporação de Saldos	-	1.084.668,48	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	44.695.724,44	44.741.444,77	10,39	- 0,10
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	12.273.231,26	7.610.544,48	2,85	61,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	31.820.457,19	36.924.947,38	7,39	- 13,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.881,26	46.897,93	0,01	8,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários	551.154,73	159.054,98	0,13	246,52
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	450,00	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	450,00	-	0,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	550.704,73	158.604,98	0,13	247,22
Saldo do Exercício Anterior	9.239.300,28	12.085.865,28	2,15	- 23,55
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,28	12.085.865,28	2,15	- 23,55
TOTAL	430.364.978,64	410.990.264,27	100	4,71
DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AV%	AH%
Despesas Orçamentárias	186.909.380,75	189.104.423,57	43,43	- 1,16
Ordinárias	159.554.152,97	116.225.510,27	37,07	37,28
Vinculadas	27.355.227,78	72.878.913,30	6,36	- 62,46
Seguridade Social (Exceto Previdência)	171.193,78	27.517.473,13	0,04	- 99,38
Previdência Social (RPPS)	16.864.927,35	-	3,92	-
Dívida Pública	-	38.573.560,89	-	- 100,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	10.319.106,65	6.787.879,28	2,40	52,02
Transferências Financeiras Concedidas	194.992.035,76	186.307.151,52	45,31	4,66
Resultantes da Execução Orçamentária	159.713.647,26	167.590.369,57	37,11	- 4,70
Repasse Concedido	906.715,29	5.774.186,77	0,21	- 84,30
Sub-repasse Concedido	158.806.931,97	161.816.182,80	36,90	- 1,86
Independentes da Execução Orçamentária	35.278.388,50	18.716.781,95	8,20	88,49
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	34.709.857,08	17.460.261,30	8,07	98,79
Movimento de Saldos Patrimoniais	568.531,42	171.852,17	0,13	230,83
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	1.084.668,48	-	- 100,00
Pagamentos Extraorçamentários	40.222.226,65	26.339.388,90	9,35	52,71
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.476.960,35	10.841.985,42	1,74	- 31,04
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	32.676.831,43	15.452.190,59	7,59	111,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	67.985,27	43.761,71	0,02	55,35
Outros Pagamentos Extraorçamentários	449,60	1.451,18	0,00	- 69,02
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	449,60	-	0,00	-
Demais Pagamentos	-	1.451,18	-	- 100,00
Saldo para o Exercício Seguinte	8.241.335,48	9.239.300,28	1,91	- 10,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.241.335,48	9.239.300,28	1,91	- 10,80
TOTAL	430.364.978,64	410.990.264,27	100	4,71

Fonte Siafi

Em relação aos Ingressos, percebe-se que a maioria dos ingressos são orçamentários (87%), apenas aproximadamente 10% dos ingressos são extraorçamentários e o restante (3%) é proveniente de saldo do exercício anterior.

Houve um aumento geral nos ingressos e dispêndios de 4,71%. No que tange os ingressos, destacam-se os aumentos de 6,36% nas transferências financeiras recebidas, com destaque para as transferências independentes de execução orçamentária, com aumento de quase 87%, transferências para pagamento de

Restos a pagar, com aumento de 91%, e também a movimentação de saldos patrimoniais aumentou em mais de 10 vezes o seu valor.

Referente aos Dispêndios, as maiores saídas são as despesas orçamentárias, representando 43% do total de dispêndios, e as transferências financeiras concedidas, que representam 45,3% do total de saídas. Há ainda os pagamentos Extraorçamentários com 7,6% e o saldo para o exercício seguinte com 1,9%.

Vale destacar que os aumentos são mais justificados com o grande aumento das despesas orçamentárias ordinárias em 37,2%.

Também é relevante o aumento de 111,5% de pagamento de restos a pagar processados, assim como as saídas independentes da execução orçamentária e as transferências concedidas para pagamento de RP que acompanharam as movimentações de ingressos a elas relacionadas.

Ainda é possível destacar que o saldo para o exercício seguinte apresentou uma queda de 10,8%.